

**ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE
DOURADOS/MS, ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2012.**

*PERFORMANCE OF THE MUNICIPAL TOURISM COUNCIL OF
DOURADOS / MS, BETWEEN THE YEARS 2004 AND 2012.*

*ACTUACIÓN DEL CONSEJO MUNICIPAL DE TURISMO DE
DOURADOS / MS, ENTRE LOS AÑOS 2004 Y 2012.*

Daniele Carla da Silva

Associação Comercial e Empresarial de Dourados/MS
daniele@aceddourados.com.br

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
crisfernandes_tur@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetivou dar continuidade ao processo de resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados – COMTUR, levantar suas principais ações entre os anos de 2004 e 2012, e fazer uma discussão sobre sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo no município. Pretendeu ainda falar sobre instâncias de governança e de como o conselho municipal de turismo se enquadra em suas ações. A metodologia do trabalho foi organizada através de pesquisa bibliográfica e documental, principalmente em atas de reuniões do conselho, sendo identificadas as ações mais importantes em que o conselho esteve envolvido. O estudo resultou na identificação das ações realizadas pelo conselho e pelo poder público referentes ao desenvolvimento do turismo para a cidade de Dourados. Este trabalho também mostra grande atuação da Prefeitura Municipal de Dourados e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, nas atividades do conselho.

Palavras chaves: Instância de Governança; Conselho Municipal de Turismo; Dourados.

Abstract: This work aimed to give continuity to the historical rescue process of the Dourados Municipal Tourism Council - COMTUR, to raise its main actions between 2004 and 2012, and to make a discussion about its performance and contribution to the development of tourism in the municipality. He also wanted to talk about instances of governance and how the municipal tourism council fits into its actions. The methodology of the work was organized through bibliographical and documentary research, mainly searches in minutes of council meetings, identifying the most important actions in which the council was involved.

The study resulted in the identification of the actions carried out by the council and public authorities regarding the development of tourism for the city of Dourados. This work also shows great performance of the Municipality of Dourados and the State University of Mato Grosso do Sul - UEMS, in the activities of the council.

Key-words: Governance Instance; Municipal Council of Tourism; Dourados.

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo dar continuidad al proceso de rescate histórico del Consejo Municipal de Turismo de Dourados - COMTUR, levantar sus principales acciones entre los años 2004 y 2012, y hacer una discusión sobre su actuación y contribución al desarrollo del turismo en el municipio. También pretendió hablar sobre instancias de gobernanza y de cómo el consejo municipal de turismo se encuadra en sus acciones. La metodología del trabajo fue organizada a través del referencial teórico, investigaciones en actas de reuniones del consejo, siendo identificadas las acciones más importantes en que el consejo estuvo involucrado. El estudio resultó en la identificación de las acciones realizadas por el consejo y el poder público referentes al desarrollo del turismo para la ciudad de Dourados. Este trabajo también muestra gran actuación del Ayuntamiento Municipal de Dourados y de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul - UEMS, en las actividades del consejo.

Palabras claves: Instancia de Gobernanza; Consejo Municipal de Turismo; Dourados.

INTRODUÇÃO

O município de Dourados foi criado em 20 de dezembro de 1935, e é a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, com uma população estimada em cerca de 218 mil habitantes (IBGE, 2018). Por sua característica de colonização, abriga diversas culturas como a paraguaia, indígena, libanesa, japonesa, gaúcha, nordestina, dentre outras.

Apesar de toda essa diversidade cultural, o segmento de turismo que mais cresce no município é o de negócios e eventos. Esse segmento é reconhecido pelo seu efeito multiplicador, uma vez que “os multiplicadores específicos do turismo permitem quantificar as variações dos níveis de renda, do emprego, do produto e da entrada ou saída de divisas, em decorrência das variações verificadas nos níveis iniciais de gastos com o turismo” (LAGE; MILONE, 2001, p. 127). Isso significa que o turismo é responsável por grande movimentação econômica, pois o *trade* turístico depende de serviços de outros segmentos, bem como mão de obra para acontecer.

No entanto, para que o turismo aconteça da forma esperada e principalmente, gerando os benefícios esperados, é necessário, dentre outras coisas, o planejamento, a capacitação e infraestrutura para melhor receber. Nesse sentido, buscando a integração do município de Dourados aos programas de incentivos federais para a atividade turística, e o desenvolvimento do turismo em Dourados, foi criado em 14 de setembro de 1999 o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Dourados. Segundo o regimento interno do conselho:

O COMTUR é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, com intuito de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município, bem como, responsável pela junção entre o Poder Público e a sociedade civil. (COMTUR, 1999).

Os conselhos municipais de turismo, caracterizados como instâncias de governança, ganham a adesão dos municípios brasileiros a partir da instituição da Política Nacional de Municipalização do Turismo, no final da década de 1990. Em nível nacional, as instâncias de governança para o turismo se consolidam com a criação do Conselho Nacional de Turismo, no mesmo ano de criação do MTur, em 2003. Com o início da criação do Ministério do Turismo e com a implementação do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, o incentivo à formação de instâncias de governanças regionais deixam ainda mais claro que, o modelo de gestão descentralizada adotado, à partir de então, deve passar, necessariamente, por instâncias de governança organizadas e atuantes.

Dentro dessa conjuntura, e visando a identificar a importância das políticas público-privadas para o turismo, em 2004, foi publicado o trabalho “O turismo municipal em Dourados sob a ótica do COMTUR: Um relato histórico”. Esse trabalho tinha por objetivo contar a história e funcionamento do COMTUR, bem como discutir sua importância e sua atuação no desenvolvimento do turismo de Dourados de sua criação até o final do ano de 2003 (HEITZ; GRECHI, 2004). O trabalho ainda buscou identificar como estava a organização do Turismo na cidade buscando informações juntamente ao poder público municipal. Ainda objetivou verificar e analisar os programas públicos de turismo exercidos no município, parcerias entre iniciativa privada, poder público municipal, estadual e federal e analisar a participação e relevância das instituições que compõem o COMTUR de Dourados.

Esse trabalho contribuiu significativamente para o registro histórico e o entendimento da formação do conselho municipal de turismo de Dourados e bem como com o desenvolvimento do turismo no município ao longo desse período. E esse processo é de fundamental importância, uma vez que a sistematização e a documentação dessas ações acompanhadas de uma análise crítica permitem o acompanhamento mais próximo da sociedade interessada, acesso ao processo de desenvolvimento do turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, identificando suas atividades e relevância para o turismo local.

Porém, dada a importância do registro, sistematização e análise do processo de desenvolvimento do turismo em Dourados, sentiu-se a necessidade de dar continuidade a esse trabalho com vistas a identificar e analisar a evolução histórica do conselho municipal de turismo de Dourados, entre os anos de 2004 e 2012.

Assim, esse trabalho apresenta como objetivo, fazer o resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, levantando suas principais ações entre os anos de 2004 e 2012, bem como fazer uma discussão sobre sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo municipal durante esse período.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma abordagem metodológica de cunho descritivo qualitativo, que incluiu um levantamento bibliográfico para se obter uma base teórica sobre planejamento turístico, sobretudo a prática do planejamento participativo. E ainda

um levantamento sobre a importância das instâncias de governança no desenvolvimento do turismo local e as boas práticas recomendadas para a atuação desse tipo de entidade. Em um segundo momento, procurou-se identificar quais foram as principais atividades do Conselho Municipal de Turismo de Dourados-MS entre os anos de 2004 e 2012, através de uma pesquisa documental, utilizando como fonte de pesquisa os documentos oficiais do COMTUR como atas de reuniões e decretos municipais que tratam do assunto. Ao final, é tecida uma discussão sobre as ações identificadas, sob a luz dos autores consultados, buscando fazer uma análise descritiva da atuação e influência do COMTUR no desenvolvimento do turismo de Dourados.

AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA COMO FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL

O planejamento como forma de organizar o futuro é inerente às atividades humanas, porém, para as atividades profissionais e/ou econômicas, a necessidade de um plano, ou planejamento metódico e organizado é fundamental. E na atividade turística não é diferente.

Para Petrocchi (2002, p. 19): “Planejamento é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”, ou seja, para obter sucesso no futuro e não deparar-se com surpresas indesejáveis será necessário pensar qual nosso objetivo futuro, e traçar um planejamento de quaisquer atividades que sejam necessárias para que esse objetivo se concretize da maneira mais eficiente. É importante realizar inicialmente o planejamento de suas atividades, a fim de organizar as ideias e moldar o futuro de acordo com as expectativas.

Para Ruschmann (1997, p. 83) “o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades”. Portanto, a autora deixa claro que o planejamento é uma atividade que tem como objetivo estabelecer regras, condições e objetivos, visando à conclusão dessas metas propostas. O planejamento é organizado pensando em promover o desenvolvimento, mas também deve considerar o bem-estar da comunidade, com vistas a buscar sempre melhorias, benefícios e sustentabilidade para todos, analisando os prós e contras das atividades que se pretende desenvolver.

Todos os setores de atuação da atividade turística, seja iniciativa privada, poder público ou terceiro setor, precisam manter a ideia do planejamento através de ações e recursos, materiais e humanos, disponíveis para tal. Ruschmann (1997, p. 84) explica que:

No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionara o bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem e regulem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas, geralmente de empresas privadas.

Assim percebe-se a importância e a força do governo no planejamento da atividade turística. Mas todo esse processo de planejamento, embora necessite das competências, experiências e responsabilidades inerentes ao poder público, não podem deixar de vincular esse planejamento às necessidades da sociedade e da iniciativa privada, que são, em última instância, a ponta de uma cadeia produtiva e ao mesmo, tempo afetados por ela. Para Lunas (2000, p.1) a sociedade é ciente de suas necessidades, e deve-se crer que ela é capaz de buscar soluções para atender essas necessidades. Segundo o autor

Essa responsabilidade cresce à medida em que o aparelho do estado diminui, conceitualmente e na prática. A organização de entidades representativas e organizações não governamentais têm aumentado sua presença na gestão de interesses coletivos, o que é um indício positivo do interesse da sociedade ou de seus membros pela “gestão da coisa pública”.

Nota-se a importância de um planejamento que incorpore os princípios da participação dentro do chamado planejamento participativo, “como seu próprio nome indica, o planejamento participativo implica a participação de todos os setores da sociedade e de todos os indivíduos” (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 124).

Ou seja, a ideia do planejamento participativo é peça fundamental para o planejamento democrático, no qual o poder público e o privado se veem envolvidos na evolução e direção do turismo, através da participação e acompanhamento dos projetos e ações realizadas para a melhoria da atividade turística, mantendo um compromisso de desenvolvimento de ambas as partes. Assim, para Molina e Rodriguez (2001, p. 123) “Tem-se compreendido paulatinamente que só sobre a base de um compromisso socialmente extenso poderão ser resolvidas algumas das questões mais urgentes que ameaçam a estabilidade e o progresso de nossas sociedades”.

Deixando claro que para o sucesso no futuro é preciso que a sociedade programe seus objetivos e que os mesmos sejam desenvolvidos em etapas, sendo sempre revisado ao final de cada uma. Um projeto bem elaborado e executado proporcionará melhor uso e duração para a comunidade atual e futura. Para Petrocchi (2001, p. 170)

É imprescindível a colaboração da população local para o desenvolvimento do turismo. Dessa conscientização nascerá o apoio das lideranças políticas e aporte de recursos para o turismo.

A conscientização é importante para a melhoria da qualidade de vida do local, a hospitalidade ao turista e a aceitação e compreensão das normas e fiscalização dos serviços do turismo.

A participação da população no desenvolvimento do turismo de uma localidade é de extrema importância, pois eles são parte daquela comunidade e devem estar envolvidos nas atividades desenvolvidas. Sendo assim Petrocchi (2001, p. 171) explica que na participação e gestão do turismo, “a população deve ser estimulada a participar da gestão do turismo. Opinando, criticando, decidindo, orientando, construindo uma cidade melhor e auferindo rendas com o turismo”.

A importância do poder público, da iniciativa privada e da sociedade na organização do turismo em determinada localidade, requer o diálogo entre esses setores no planejamento, na organização e na gestão da atividade turística, portanto é necessário que os mesmos se reúnam para discutir as possibilidades do futuro local.

Para que isso ocorra, algumas decisões devem ser tomadas no sentido de garantir que todos se juntem de forma organizada e representativa, discutindo o turismo. Deste ponto de vista, pode-se citar como uma forma de organização da participação, a implantação dos Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR que é uma instância de governança. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007, p. 15):

Dentro da política do MTUR as instâncias de governança constituem-se instrumentos concretos de viabilização da integração e descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática. O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência.

Entende-se que as instâncias de governança são corresponsáveis pela descentralização de poder, tornando público e democrático seu planejamento e gestão. Vários municípios do país possuem um conselho turismo, posto que foram estimulados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a constituírem conselhos na esfera municipal. De acordo com Petrocchi (2001, p. 180), o PNMT previa a criação de conselhos municipais de turismo com a ampla participação da comunidade e de empresários do setor turístico, contribuindo em um processo participativo de planejamento e gestão, que pudesse considerar as diversas variáveis da atividade turística.

Segundo a EMBRATUR (1999), à época, órgão federal responsável pelo turismo no Brasil, fica clara a importância da participação de todos os envolvidos com turismo em seu planejamento, visando sempre melhorias e sugestões e sendo também democrático, mostra ainda a importância de um COMTUR no qual a sociedade desempenha importante papel. A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, órgão do Ministério do Turismo que tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de Estruturação, Articulação, Ordenamento Turístico e Coordenação Geral de Regionalização, define Instância de Governança Regional como: “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa [PRT] em âmbito regional (BRASIL, 2007, p. 16).

Assim as instâncias de governança fazem parte de todo o processo evolutivo de uma atividade desenvolvida para o crescimento turístico e econômico de um município ou região, sendo de extrema importância, pois são durante o encontro de seus membros que serão discutidas as ações que devem ser implantadas para o desenvolvimento.

A política nacional de turismo de 2008 deixa claro o incentivo à promoção da gestão descentralizada do turismo, inclusive “promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão” (BRASIL, 2008, Art 9).

E dentro dessa política de descentralização o Ministério do Turismo, atua com o objetivo de:

Propor a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país, sendo um modelo de gestão de política pública descentralizada coordenada e integrada com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do Plano Nacional do Turismo (BRASIL, 2008, Art 9, p.6).

A atuação das instâncias de governança deve servir de ferramenta auxiliar no processo de descentralização da gestão de modo que os agentes de turismo possam implementar a política de maneira mais prática e atendendo as especificidades locais.

Para que a descentralização ocorra, a atuação de estados e municípios deve atender a essa expectativa. No Paraná, por exemplo, esse processo vem sendo incorporado com o lançamento, em 2009, da Cartilha “Orientações Práticas Às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná” que traz que:

O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência” (PARANÁ, 2009, p.16).

No estado de Mato Grosso do Sul - MS há um esforço em fomentar as instâncias de governança tais como fóruns regionais e conselhos municipais, no entanto não há uma política formalizada que oriente nesse sentido.

A atuação da Fundação de Turismo – FUNDTUR no estado de Mato Grosso do Sul, tem sido no sentido de implementar ações que busquem o desenvolvimento do turismo regional, e mesmo não possuindo um manual próprio de boas práticas que oriente como proceder em relação à política de descentralização do turismo, segue a política nacional elaborando planos de ações para cada uma das regiões turísticas do estado, bem como orientando a organização dos fóruns regionais de turismo, afim de organizar e fomentar as atividades turísticas em cada região.

Assim, nota-se a importância e a responsabilidade de uma instância de governança para o desenvolvimento do turismo local, definindo prioridades, induzindo as melhores decisões e planejando a melhor forma de turismo para a região. Segundo Cerqueira (2009, p. 4):

A Instância de Governança do Turismo pode ser então conceituada como uma organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território (país, estado, região ou município). De maneira geral as instâncias de governança constituem-se em espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável.

Diante disso, o conselho municipal de turismo de qualquer região se apresenta como uma instância de governança, sendo uma organização social, composta pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, buscando sempre melhorias e estratégias de desenvolvimento para a localidade. Entretanto as instâncias de governança, também responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das ações realizadas pelo poder público, devem primar pela participação ativa dos empresários e da sociedade civil organizada. Ainda segundo Cerqueira (2009, p. 45):

Dentro da política do MTur as instâncias de governança constituem-se instrumentos concretos de viabilização da integração e descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática. O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência.

Portanto as instâncias de governança são importantes descentralizadores de poder, o que é importante para o desenvolvimento, pois desta forma o empresariado e a sociedade ganham força junto ao poder público participando nas decisões e sugestões de seus projetos.

Ainda para Cerqueira (2009, p. 2):

O PNMT previa, além da conscientização e da elaboração de um plano turístico municipal, também a formação de um colegiado local e um fundo municipal de turismo (FUMTUR). Com isso surgiram vários Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), que se constituíam nas instâncias de governança municipal.

É possível verificar que a iniciativa de descentralização do poder na atividade turística, parte do Poder Público, com uma primeira aproximação ensaiada no PNMT, no final dos anos de 1990, e continuando, dentro de um escopo mais amplo, com a criação do Ministério do Turismo, e do Plano Nacional de Regionalização do Turismo – PRT, que buscava organizar o planejamento e gestão do turismo nacional a partir do desenvolvimento do turismo regional, que pudesse promover um efeito multiplicador nas economias locais.

Para Virgílio e Ferreira (2013, p.4), a nova forma de gestão implementada à partir da criação do Ministério do Turismo foi pensada com o objetivo de promover o desenvolvimento das cidades e a inclusão social: “era preciso implantar uma gestão capaz de promover esse desenvolvimento em todos os municípios que tivessem capacidade e potencial para o turismo”.

Salienta-se a importância da conscientização da sociedade local para seu desenvolvimento, sendo a criação de Conselhos Municipais de Turismo importante fator para o desenvolvimento local do turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2004 e 2012 diversas ações foram realizadas pelo Conselho Municipal de Turismo de Dourados. As principais ações e a sua importância para o desenvolvimento da atividade de turismo no município são apresentadas e discutidas no presente capítulo, que traz também uma descrição da evolução da estrutura jurídica do COMTUR de Dourados.

Estrutura e Organização do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR Dourados

O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Dourados foi criado em 14 de setembro de 1999 buscando a adequação e integração do município de Dourados aos programas de incentivos federais para a atividade turística, e o desenvolvimento do turismo em Dourados. Seu primeiro regimento interno, elaborado no ano de 1999 dizia que:

O COMTUR é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, com intuito de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município, bem como, responsável pela conjugação entre o Poder Público e a sociedade civil.

Nesse mesmo regimento interno, o COMTUR era constituído por 15 membros titulares e a mesma quantidade de suplentes, sendo membros dos seguintes órgãos e entidades: 02 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo: um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR; um representante da Fundação Cultural e de Esportes de Dourados – FUNCED. As demais entidades e órgãos com apenas 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal; SENAC; SEBRAE; Curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; Curso de Turismo do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Curso de Turismo do Instituto de Educação Superior de – IESD; Associação Comercial e Industrial de Dourados – ACID; Clube dos Diretores Lojistas de Dourados – CDL; Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Dourados; Sindicato Rural de Dourados; Clubes de Serviços de Dourados; Cooperativa Regional de Transporte Turístico; Sindicato dos Proprietários de Bares, Hotéis e Similares. Previa-se também a participação de convidados especiais permanentes, podendo ser entidades ou mesmo personalidades, desde que sua indicação seja aprovada em reunião do Conselho.

Seu novo regimento, aprovado em 2012, apresenta em seu Artigo 2º, nova composição da seguinte forma:

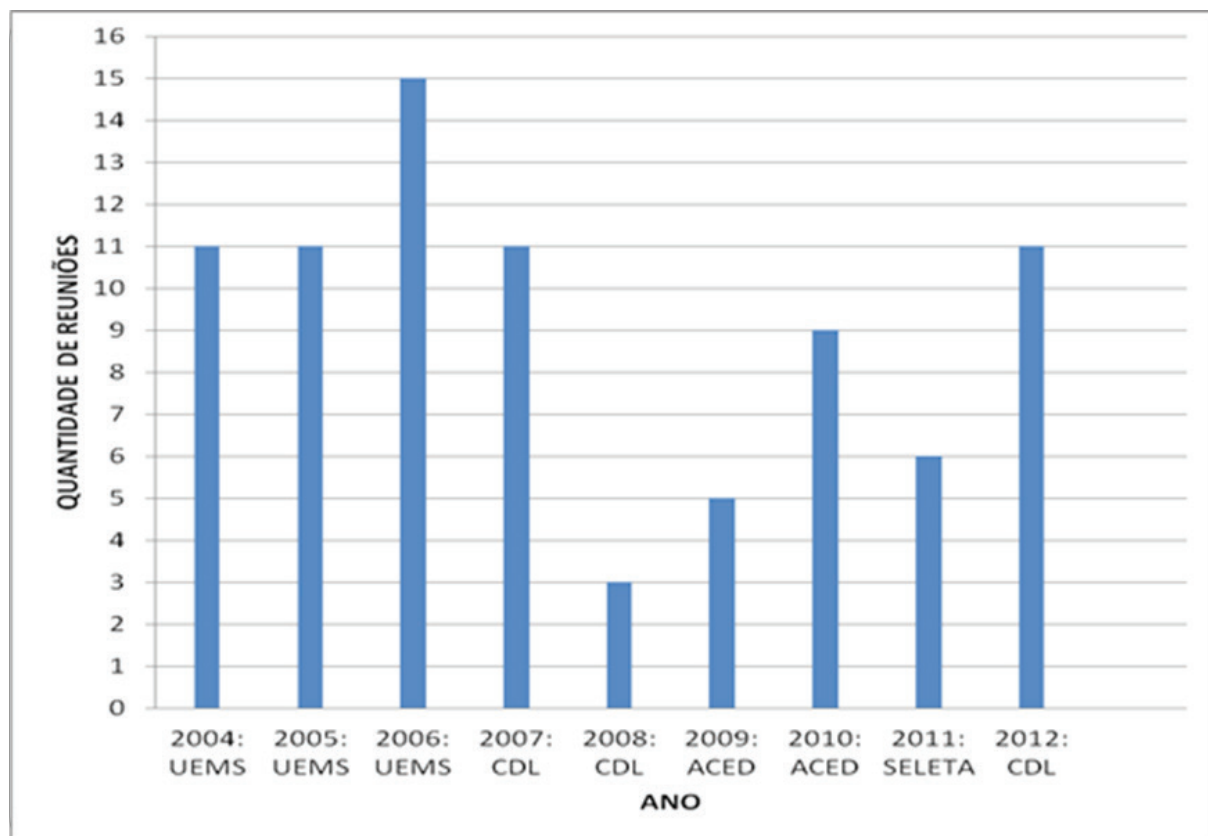
O Conselho Municipal de Turismo compor-se-á com o número de membros igual ao número de entidades constante na Lei Municipal que rege e vigora suas diretrizes. 1º– A Lei Municipal que rege as diretrizes do COMTUR é soberana. 2º - Cada entidade representativa constante na Lei Municipal terá direito de indicação de um membro titular e outro membro suplente.

O regimento do conselho passou por mudanças visando atender as normas da Lei Municipal, fazendo com que o conselho trabalhe em consonância com as normas do poder público.

Principais Ações Realizadas pelo COMTUR Dourados entre 2004 e 2012

O Conselho Municipal de Turismo de Dourados realiza reuniões com a finalidade de discutir ações voltadas para o turismo no município, fazendo uso de sua capacidade de Conselho Consultivo. Em média realiza-se cerca de 12 reuniões por ano, ou seja, uma reunião por mês. No entanto, através de consultas a atas, a quantidade de reuniões por ano oscilou bastante durante o período estudado (Figura 1).

Figura 1: Reuniões do COMTUR de Dourados e entidades que ocuparam a presidência entre os anos de 2004 e 2012.



Fonte: Os autores.

Como se pode observar, a quantidade de reuniões realizadas ano a ano não seguiu um padrão embora tenha mantido, na maioria dos anos, um bom número de reuniões oficiais,

haja vista que as recomendações governamentais para as instâncias de governança seja de que ocorram reuniões regulares. Com exceção dos anos de 2008 e 2009, os demais anos tem-se uma média de quase uma reunião ao mês enquanto que em 2011, tem-se uma média de uma reunião a cada dois meses. E que apesar de alguns anos, como exemplo em 2006, ter batido o recorde de reuniões, naquele ano os assuntos abordados nas reuniões, segundo as atas consultadas, foram praticamente os mesmos, mas nota-se que o conselho participou ativamente.

Sendo assim seguem abaixo as principais ações discutidas em reuniões entre 2004 e 2012.

Em 2004, discutiu-se sobre a elaboração de um planejamento estratégico para o conselho municipal de turismo pelo SEBRAE e sobre a criação de um fundo municipal de desenvolvimento do turismo, e foi aprovado o Regimento Interno do COMTUR. Ainda no mesmo ano, foi aprovado o regulamento para o concurso da logomarca do COMTUR, e a mesma que foi eleita em 21 de agosto. Durante as reuniões do conselho discutiu-se sobre o andamento do projeto das instalações do pavilhão de eventos da cidade.

No ano de 2005, a prefeitura apresenta aos conselheiros os materiais de divulgação turística do município com a nova logomarca do COMTUR. Neste ano surge a ideia da criação de um *Convention & Visitors Bureau* na cidade, o qual foi criado em 04 de maio de 2005, intitulado Grande Dourados *Convention & Visitors Bureau* – GDC&VB, com o apoio de empresas privadas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e da Associação Comercial e Empresarial de Dourados – ACED.

Ainda se discutiu sobre a implantação do Pavilhão de Eventos na cidade e Centro de Convenções, e sobre a criação de um Centro de Atendimento ao Turista – CAT, neste mesmo momento o Núcleo de Turismo, setor da prefeitura municipal responsável pelo turismo, apresenta seu projeto arquitetônico. Os conselheiros decidem acompanhar o andamento dos seguintes projetos: Revitalização da Praça Antonio João, Parque Arnulpho Fioravante, Usina Velha, Construção do Pavilhão de Eventos, Centro de Cultura Esporte e Lazer Jorge Salomão, CAT, sinalizações turísticas.

O ano de 2006 foi recorde na quantidade de reuniões do conselho, sendo que os assuntos mais discutidos foram pavilhão de eventos, centro de convenções e CAT.

Entre os anos de 2004 e 2007, esteve à frente da presidência do COMTUR um representante do curso de turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Em 2007, durante as reuniões o conselho discute e cobra um posicionamento da prefeitura a respeito das obras da Praça Antonio João e Centro de Convenções. Em 31 de maio é eleita a nova mesa diretora do COMTUR, no qual houve chapa única, os eleitos foram: Presidente: Otavio Benites Gonçalves – Câmara de Dirigentes Logísticas - CDL, Vice-presidente: Ana Paula Vilela Dias – Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV, Secretária Executiva: Dores Cristina Grechi – UEMS, Tesoureira: Ely Oliveira – Associação Comercial e Empresarial de Dourados - ACED.

Diante das discussões e indagações dos membros a respeito da importância de um centro de atendimento ao turismo no município em 2008, a prefeitura sugere a criação do CAT nas mediações do terminal rodoviário. Nesse ano, foram realizadas apenas três reuniões do conselho.

Em 2009, a Prefeitura propõe a elaboração da primeira edição do Inventário Turístico do município, o qual teve a elaboração iniciada no final do mesmo ano. Em novembro de 2009 é formada a chapa para a nova mesa diretora do conselho, e sendo chapa única, foi eleita em 10 de dezembro, com os seguintes representantes: Presidente: Elizabeth Rocha Salomão - ACED, Vice-Presidente: Amarildo Ricci – CDL, Secretário Executivo: Mauricio Peralta – Secretaria Municipal de Industria e Comercio - SEMAIC, Tesoureiro: Stefano Teló – Associação Douradense de Hotéis – ADH.

No ano de 2010 é realizada visita técnica nas obras do Centro de Convenções e aeroporto para averiguar o andamento das obras. Ainda no mesmo ano é realizada outra visita técnica com a finalidade de verificar o andamento das obras da Praça Antonio João, na qual o conselho sugere que seja implantado o CAT ao lado da Guarda Municipal, sendo reinaugurada em dezembro do mesmo ano, e outra visita a rodoviária, a fim de propor sugestões de reforma e melhoramento na infraestrutura e prestação de serviços no terminal.

No ano de 2011, é apresentada a nova equipe de turismo do município ao conselho e as atividades desenvolvidas pelo COMTUR. É eleita a nova mesa diretora: Presidente: Robson Orlei Carneiro – SELETA; Vice-presidente: Marcelo Mourão; Secretário Executivo: Paulo Feirrol – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Tesoureiro: Amarildo Ricci – CDL. Ainda em 2011 é elaborado o novo regimento interno do COMTUR.

No dia 29 de março de 2012, é homologado o novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo do Município de Dourados. No mesmo ano, é realizada nova eleição: Presidente: Amarildo Ricci – CDL; Vice-presidente: Rejane Sinaila – SEMAIC; Secretário executivo: Paulo Feirrol – OAB; Tesoureiro: Carlos Henrique – SENAC. Após dois anos afastado do conselho, o SEBRAE volta a participar. O COMTUR coloca estande próprio na EXPOAGRO. A Prefeitura Municipal de Dourados e o Conselho Municipal de Turismo elaboram o Plano Plurianual de Turismo – PPAAT constituído por ações que devem ser executadas entre os anos de 2013 e 2016 pela prefeitura, para melhoria do turismo. É realizada reunião com a presença do prefeito afim de apresentar a nova diretoria, sendo entregue uma carta de sugestões com planos para o turismo na cidade.

O IMPACTO DO *COMTUR* DOURADOS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO

O Conselho Municipal de Turismo de Dourados desenvolve importante papel para o desenvolvimento do turismo local. É possível perceber sua importância através de suas ações que busca analisar, opinar e fiscalizar as ações realizadas pelo poder público. O conselho acompanhou as obras e lutou por melhorias e resultados dos projetos realizados pelo poder público para o crescimento do turismo na cidade.

A cada reunião levava-se em consideração suas pautas voltadas para a movimentação e melhorias da infraestrutura turística de Dourados. Portanto, fica claro através da pesquisa realizada, sua intenção de promoção do turismo na cidade, pois o mesmo esteve envolvido em movimentos que buscaram a finalização das obras do Pavilhão de eventos Dom Teodoro Leitz que desde sua inauguração recebe eventos e feiras.

O conselho também se movimentou para induzir o poder público a realizar melhorias no Aeroporto Municipal de Dourados, o qual passou por reformas e, com a chegada da companhia aérea “Azul”, aumentou a quantidade de voos e os destinos, aumentando significativamente a quantidade de passageiros que utilizam esses serviços.

Durante a reinauguração da Praça Antonio João, em 2009, a prefeitura disponibilizou um espaço para o funcionamento do CAT, que foi item de muitas pautas do COMTUR destacando a importância de um centro de atendimento ao turista no município, servindo como ponto de informações e promoção do turismo, onde o turista obtém informações sobre o setor hoteleiro, alimentos e bebidas, pontos turísticos, dentre muitas outras dúvidas relacionadas ao município.

Logo após a inauguração do CAT, foi designado um acadêmico do curso de turismo da UEMS para atuar como estagiário e realizar as atividades diárias, informando ao turista, e todos que tiverem interesse em conhecer um pouco mais sobre o turismo no município. No entanto, desde 2010, o CAT encontra-se inativo, sendo o espaço anteriormente a ele destinado, ocupado pela Guarda Municipal.

Outro assunto de grande relevância para o turismo de Dourados é a construção do Centro de Convenções, estas ainda se encontram em andamento. No entanto, a conclusão do Centro de convenções seria de extrema importância para o município, pois Dourados estaria apto através de suas instalações para receber eventos de maior proporção e assim o turismo de negócios e eventos crescer significativamente.

O conselho tem participado ativamente no acompanhamento dos projetos realizados pela prefeitura para o desenvolvimento da cidade, sempre buscando respostas e exigindo prazos, ficando clara a participação do setor privado nas atividades públicas.

Ficando clara a importância de um conselho municipal que mostre empenho e comprometimento em acompanhar as atividades desenvolvidas pelo poder público, a fim de agilizar o processo e alcançar resultados.

Referente às reuniões do COMTUR, entende-se a importância de uma equipe voltada para o planejamento turístico, que esteja comprometida a cobrar ações e resultados do poder público visando sempre o planejamento futuro organizado e que trará resultados decisivos para o município, sua estruturação e economia.

O turismo é visto como um dos setores que mais crescem no país devido a sua amplitude, sendo que o turismo nunca trabalha sozinho, ele sempre movimenta setores como alimentos e bebidas, combustível, indústria automobilística, dentre outros. Nota-se que o poder público e iniciativa privada de Dourados perceberam o impacto e o alavancamento econômico que o turismo pode proporcionar.

Um conselho municipal de turismo, enquanto instância de governança, deve trabalhar em conjunto entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, no entanto sua presidência deve ser exercida pelo poder privado através do *trade* turístico: “Uma recomendação, aceita pelo próprio MTur, é que a coordenação não fique na mão dos órgãos públicos, para minimizar o risco da instância vir a se transformar num braço governamental” (PARANÁ, 2009, p.32). Sendo o poder público o responsável pela execução da maior parte das ações,

sobretudo as que envolvem investimentos financeiros com recursos públicos como os que foram discutidos, a iniciativa privada pode fazer uso de suas atividades enquanto conselho para fiscalizar, sugerir e solicitar ações e conclusões do poder público.

Ao longo de sua criação, a presidência do conselho foi exercida pelo poder público, privado e sociedade organizada. Durante análises sobre as eleições ocorridas a partir de 2004, nota-se que nos anos de 2007, 2009, 2011 e 2012 não houve concorrência durante as eleições do COMTUR, sendo apresentadas chapas únicas, o que poderia demonstrar um alinhamento dos interesses das entidades participantes, embora muitas vezes seja difícil quebrar a resistência da participação mais ativa de seus membros, sobretudo os empresários, que demonstram interesse em participar, mas alegam por vezes não ter tempo para assumir tal responsabilidade.

Em 2011, durante a reestruturação do turismo e a elaboração do novo regimento, o novo presidente não fazia parte do *trade*, o que foge aos padrões recomendados para órgãos desta natureza, pois sendo um conselho municipal de turismo, seria normal que a diretoria fosse ocupada por um representante do *trade*. Com esse novo regimento, os representantes do *trade* turístico acabam por se afastar do conselho, o que gera desconforto e desconformidade com o processo, pois são eles os autores do turismo no município, e aqueles que lutam por melhorias no mesmo.

Nota-se ainda que o conselho municipal de turismo não tem conseguido acompanhar com rigor as boas práticas das instâncias de governança, conforme orienta o Ministério do Turismo em seu caderno “Institucionalização das instâncias de Governança Regionais”, pois nesse documento fica claro que o conselho deve ser organizado, seguir um plano, e ter em sua mesa diretora, preferencialmente, representantes do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, com o *trade* turístico exercendo a presidência (BRASIL, 2007).

O documento recomenda ainda que o conselho seja o responsável por realizar a fiscalização e acompanhamento das ações do poder público, não deixando que o conselho se torne um braço do órgão executivo (BRASIL, 2007; PARANÁ, 2009). Portanto o conselho deve buscar melhorias, e não deixar que o poder público cerceie em suas ações, usando o conselho apenas para dar legitimidade aos seus interesses.

Apesar da reestruturação do conselho municipal por meio de seu regimento interno, uma grande conquista foi à eleição de 2012. Embora o presidente ocupe uma cadeira da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, o mesmo é empresário do *trade* turístico, e estando a frente de uma empresa de turismo voltada para eventos. E como já foi visto, para que as atividades do conselho funcionem é necessária à participação ativa dos três setores, ou seja, poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, fazendo com que desta forma haja um balanceamento das atividades e decisões tomadas.

Segundo pesquisas realizadas a partir do ano de 2004, percebeu-se que o *trade* tem participado pouco das atividades do COMTUR, embora seja de extrema importância sua participação, no entanto a prefeitura e a UEMS tem participado ativamente.

A respeito do desenvolvimento do turismo no município, o COMTUR de Dourados desenvolve importante papel e mostra-se preocupado e determinado a participar de parcerias

e ações que visa o crescimento do município através do turismo, buscando participar ativamente de ações voltadas para melhorias na infraestrutura turística, afim de melhorias que possibilitem a maior captação de turismo de negócios e eventos para o município. Sendo que com o aumento do turismo em determinada região há aumento significativo na economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, foi possível identificar a quantidade de reuniões realizadas por ano pelos conselheiros, assim como a quantidade de eleições durante o período de 2004 a 2012, bem como constatar que não houve concorrência em nenhuma das quatro eleições realizadas no período, notando consenso na formação das chapas, e também uma resistência dos conselheiros para a eleição de 2011, onde a chapa formada tinha como concorrente a presidência o representante da SELETA, entidade caritativa que não fazia parte do *trade* turístico. No entanto, apesar da resistência, houve a formação e eleição da chapa.

De acordo com os levantamentos realizados para o referencial teórico constata-se a importância do planejamento turístico para uma região e algumas características importantes das instâncias de governança. O COMTUR de Dourados é uma instância de governança tripartite, com equidade de espaço para poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. O Conselho Municipal tem acompanhado o andamento das obras propostas e elaboradas pela prefeitura municipal e outros órgãos envolvidos, no qual os conselheiros em suas reuniões aproveitam para pressionar a gestão pública municipal sobre os resultados, visando sempre o crescimento do turismo para a cidade.

O conselho tem conseguido, ao longo desse período, através de empenho e comprometimento, muitas conquistas para o município de Dourados, mas ainda é necessário o amadurecimento do *trade* turístico em relação ao COMTUR, bem como mais envolvimento por parte dos empresários, sendo importante que os mesmos participem ativamente de suas atividades.

Em relação à quantidade de reuniões realizadas, o conselho manteve entre os anos analisados, média significativa de quase uma reunião ao mês (excluindo-se o período de recesso em janeiro), o que demonstra regularidade no funcionamento do conselho. Nota-se ainda que é necessário que o conselho tenha um plano de desenvolvimento, ou seja, um planejamento estratégico que trace durante a gestão de cada mesa diretora as atividades que devem ser realizadas e buscadas para o seguimento turístico do município.

Foi possível, durante a execução de este trabalho, dar continuidade ao processo de resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, destacando suas principais ações para o turismo no município entre os anos de 2004 e 2012, e destacar sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo, através de maior entendimento sobre as instâncias de governança e seu modelo de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Módulo Operacional 3: Institucionalização das Instâncias de Governança Regional. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei n.º 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei n.º 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em 30 Agosto de 2013.

CERQUEIRA, R. R. As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In: ZAPATA, T. (Org.). **Desenvolvimento local e a nova governança**. Recife: IADH, 2009. pp. 201-229.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul (UEMS). **Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Dourados (MS)**, 23 de junho de 2013. Disponível em: <www.uems.br/internet/anexos/texto282.doc>. Acesso em: jun. 2013.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. Decreto n.º 634 de 05 de março de 2012. Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo, Diário Oficial de Dourados. Ano XIV, N. 3.213, de 29 de Março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em jan 2018.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LUNAS, José Roberto da Silva. **Gestão Sustentável do Turismo – Descrição e Análise do Caso de Bonito (MS)**. 2000, 106 f. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Instituição de Ensino, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MOLINA, S.; ROBRIGUES, S. **Turismo: planejamento integral**. Bauru: EDUSC, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo, Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Paraná. **Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná**. Curitiba: Paraná Turismo – Departamento de Publicidade e Propaganda, 2009. RUSCHMANN, D.V. M. **Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, 1997.

VIRGINIO, Darlyne Fontes; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 162-182, 2013.